

Joaquim Magalhães de Castro

Oriente Distante



XINJIANG – CHINA

O Cataio de Bento De Góis

A primeira vez que entrei na China, em Novembro de 1988, foi pela sua mais emblemática fronteira, limitando-me a seguir a rota das caravanas dos mercadores que outrora demandavam o Cataio em busca da seda e outras raridades orientais, tendo como destino final o grande oásis do Turquestão chinês, oficialmente conhecido pelo nome de Xinjiang.

Do alto do Kunjarab – o limite fronteiriço entre a China e o Paquistão, situado a 4.500 metros de altitude – a paisagem que se oferece ao viajante é, no mínimo, deslumbrante. E mais deslumbrante se torna quando nos inteiramos do árduo caminho que percorremos para aí chegar. Um caminho cavado na dura rocha das montanhas em forma de agulha da cordilheira do Hindu Kush, que, devido à sua natureza geológica, dá a impressão de encerrar os povos que habitam nos vales apertados que caracterizam as pitorescas regiões de Hunza e de Gilgit.

Entre os dois postos fronteiriços, numa área de quase uma centena de quilómetros, reina a terra de ninguém: uma reserva natural onde sobrevivem ainda um ou outro leopardo das neves e algumas ovelhas argali, prosaicamente conhecidas como ovelhas de Marco Polo.

Mas não eram as histórias do veneziano que me incendiavam os pensamentos, antes os relatos de um bem menos conhecido aventureiro português, Bento de Góis, pioneiro numa região entre o Afeganistão e o norte do Paquistão, onde eu tinha passado os últimos meses, numa altura em que conselheiros

militares norte-americanos preparavam e armavam até aos dentes centenas e centenas de *mujahidin* que anos mais tarde se transformariam em fanáticos talibãs; isto depois de uma longa e «obrigatória» época iniciática na Índia, como era tradição entre os viajantes que se envolviam nessas coisas dos mistérios asiáticos.

O leigo jesuíta açoriano Bento de Góis, viajante da centúria de Seiscentos, devido à sua energia, tacto diplomático e domínio dos idiomas locais, foi o escolhido para a árdua missão de partir da Índia, no ano de 1603, em busca desse tal mítico reino do Cataio, onde se acreditava existirem cristandades perdidas. A extraordinária jornada que o levou do Punjab à Grande Muralha, atravessando os píncaros do Hindu Kush e visitando diversos e obscuros reinos e emirados da Ásia Central, foi reconstituída pelo jesuíta Matteo Ricci, que na altura dirigia a missão em Pequim, com base em fragmentos de apontamentos redigidos por Góis e com o auxílio da memória do seu companheiro de viagem, o arménio Isaac. O relato, porém, à semelhança de tantos outros de viagens de ilustres portugueses, ficaria inédito até 1911.

Também o padre Fernão Guerreiro, cronista dos feitos dos abnegados religiosos de antanho, o incluiria na sua *Relação Anual das Coisas que Fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas Missões (1603-1611)*, com o importante acréscimo de duas cartas redigidas pelo punho de Góis. A respeito da imensa lacuna que ficou por preencher, Henri Bernard afirma na sua obra *Le Frère Bento De Goes chez les Musulmans de la Haute Asie (1603-1607)*: «De acordo com os maiores historiadores, se o diário de Bento de Góis se tivesse conservado intacto, seria provavelmente a relação mais importante do ponto de vista geográfico das regiões que ele atravessou.»

Associado ao mito do Cataio havia um outro que, frequentemente, se confundia com este, o mito do Preste João, que com

o tempo se foi deslocando – do longínquo Extremo Oriente para a Índia, a Pérsia ou a Abissínia dos cristãos coptas que os portugueses contactaram, ainda no século XV, na pessoa de Pêro da Covilhã, por exemplo – e que surgiu na sequência de uma carta alegadamente recebida pelo Papa e pelos imperadores de Bizâncio e do Sacro Império Romano Germânico, subscrita por um poderoso príncipe (o Preste João) que governava uma espécie de paraíso terrestre onde os diferentes cargos eram exercidos por distintos senhores. Segundo essa misteriosa missiva, o príncipe «tinha por mordomo um primaz, por copeiro um arcebispo, por camareiro um bispo, por marechal um arquimandrita, por chefe de cozinha um abade», e por aí adiante.

Durante séculos, encontrar a localização exacta deste reino, que, no entender da cristandade, constituiria um poderoso aliado na luta contra o Islão, foi uma preocupação constante. Dir-se-ia mesmo, uma obsessão. Com esse intuito, nos séculos XIII e XIV, partiram para o Oriente os frades franciscanos João de Carpine, Guilherme de Rubruk, João de Montecorvino, Odorico de Perdenone e João de Marignolli, que trouxeram com eles preciosas informações, entre as quais a existência da terra do Cataio que as viagens de Marco Polo associariam ao reino do Preste João. Curiosamente, nesse afã colectivo pouca importância foi dada às comunidades de nestorianos encontradas em território chinês ao longo desse processo, talvez porque se tratassem de heréticos, seguidores da doutrina de Nestor, antigo arcebispo de Constantinopla, ostracizado por Roma.

A teimosia em encontrar o Cataio encontra explicação plausível numa indefinição geográfica e num equívoco de carácter étnico. O termo Cataio tem a sua origem nas tribos manchus, os *kitans*, que durante dois séculos ocuparam a parte setentrional da China. A dúvida consistia em saber se essa «Terra dos *kitans*» se aplicava a toda a China ou a um só reino

independente habitado por uma etnia peculiar. (Curiosamente, ainda hoje, para muitos dos povos da Ásia Central, os chineses são os *kitais* e a China é o *Kitai*). Bento de Góis tinha como missão esclarecer em definitivo essa questão.



Decorriam os últimos dias de Novembro de 1988 e a fronteira, inaugurada uns meses antes, estava prestes a encerrar até ao próximo degelo. À minha volta espraiaava-se um manto de neve que cobria um extenso planalto a perder de vista. Ao fundo, bem delineadas no céu de um azul profundo, avistavam-se as cadeias montanhosas de Kunlun e de Tian Shan, às quais os chineses chamam Montanhas Celestiais. À esquerda, o ondulante Pamir, com uma altitude média a rondar os 7.500 metros, parecia espantosamente acessível. Dir-se-ia uma imensa duna coberta de branco imaculado. O pico Komunism, com o seu perfil característico, destacava-se mais ao longe, já no território de um Tajiquistão ainda soviético mas não por muito mais tempo. À direita, a cadeia do Hindu Kush, vinda do norte do Paquistão, usurpava os territórios disputados pela China e a Índia, esses dois sempiternos rivais.

Pelos colos das montanhas que rodeiam e fecham a China, a oeste, deambularam ao longo dos séculos sucessivas caravanas de mercadores e movimentaram-se as torres e os peões humanos de uma manhosa e imprudente partida de xadrez virtual conhecida como o Grande Jogo, sagazmente disputado entre a Rússia e a Inglaterra, águias imperiais que ambicionavam controlar esta zona tampão entre os respectivos domínios. Nas primeiras décadas do século XX, o Xinjiang parecia ter entrado, tal como o Tibete e o Afeganistão, nesse Grande Jogo. O facto de a sua situação geográfica favorecer a Rússia preocupava enormemente os ingleses que, acantonados numa Índia

submissa, há muito que comerciavam nesta região. Temiam que à presença de espiões russos se seguisse a anexação pelo grande império do Urso Branco, pois assim era representada a Rússia czarista. Tais planos de anexação, tivessem ou não razão de ser, seriam travados pela desastrosa guerra russo-japonesa de 1904-05, pela revolução bolchevique de 1917, pela guerra civil e, mais tarde, pela invasão nazi da então União Soviética. No final de contas, foi a China que ganhou o Grande Jogo, sem ter chegado a mexer uma peça sequer do seu tabuleiro. Desde então, a presença de um grande número de tropas e material bélico justificava-se, pelo menos até à queda do muro de Berlim, como elemento persuasor, capaz de anular a «ameaça» da União Soviética – real ou imaginada – e para manter um olho vigilante nas aspirações autonomistas dos irrequietos uigures.

No final dos anos 80 do século passado, todas as tropas eram poucas para conter o descontentamento generalizado das minorias (não só uigures, mas também cazaques, quirguzes, tadjiques) no que respeita à presença chinesa no Xinjiang. Apesar da instabilidade, a sempre tão falada Rota da Seda tinha ressurgido com redobrado fôlego. Já não com camelos e cavalos, mas com camionetas, camiões e jipes todo-o-terreno. A hercúlea construção da estrada de Karakurom, que obrigou a rasgar cordilheiras e custou a vida a dezenas de trabalhadores, selou um acordo de amizade entre a China e o Paquistão que parecia estar para durar.

Já então, centenas de comerciantes paquistaneses – patanes, punjabis e baluchis – atravessavam mensalmente a fronteira rumo a Kashgar, lendária cidade da Ásia Central implantada num fértil oásis. Do Paquistão, para além do haxixe e da heroína que esses comerciantes levavam dissimulados na bagagem e nos múltiplos bolsos que comportam as largas *shawal-kamiz* que costumam vestir, pouco mais se transaccionava. Dir-se-ia que eram viagens para ir fazer compras ao lado de lá.

As autoridades chinesas eram muito comedidas na concessão de vistos aos seus cidadãos. Para o Paquistão passavam apenas os camionistas que levavam mercadoria à fronteira e uns quantos idosos muçulmanos, seleccionados a dedo cada ano, que cumpriam a peregrinação a Meca antes de morrerem.

Vestido de mercador arménio e «com o nome à maneira daquela nação, Abdula, que significa senhor», o nosso Bento de Góis partiu de Lahore, no Punjab, onde estava sediada a corte do Grão Mogol, acompanhado por dois gregos: o padre Leo Griman e o comerciante Demétrio, que lhe foram recomendados pelo superior da missão jesuíta nessa cidade, o padre Jerónimo Xavier. Preciosas eram também as cartas de recomendação, os salvo-condutos e o auxílio monetário que lhe foram dispensados por Acbar, o poderoso e tolerante monarca mogol (mongol indianizado), junto do qual os religiosos portugueses sempre tiveram bom acolhimento e até alguns privilégios. Ao grupo inicial Góis acrescentaria um importante aliado, o arménio Isaac, «que tinha mulher e filhos nesta mesma corte». Assim disfarçados, deixaram a cidade, a 15 de Fevereiro de 1603, «na altura da Quaresma», integrados numa caravana que todos os anos partia «desta Corte com destino a outra de outro reino, chamado Cascar», ou seja, Kashgar. Num mês chegaram à cidade de Attock, ainda na província de Lahore, e 15 dias depois atingiram o rio Indo, «com a largura de um tiro de seta, que para comodidade dos mercadores, foi atravessado em navios». Alertados para a presença de ladrões nas imediações, aguardaram junto à margem do Indo cinco dias e, depois, «em dois meses, chegaram a outra cidade chamada Pessaur (Peshawar), onde estiveram vinte dias, necessitados que estavam de descanso».

No texto redigido por Matteo Ricci são escassos os dados referentes ao trajecto efectuado através do Hindu Kush e do Pamir, das mais dramáticas e inacessíveis regiões do planeta. Mas estão lá referenciados todos os lugares habitados e os

pontos geográficos de relevo. Pena é que não tivessem chegado até nós as descrições detalhadas desses largos meses de viagem e de esperas, roubadas a um Góis já bastante doente, na parte final da sua viagem, que seria também a derradeira etapa da sua vida.

A pouca distância de Peshawar, a cáfila em que Bento de Góis seguia encontrou um desses ermitães peregrinos «a que chamam iogues, pelo qual souberam que a trinta dias de caminho dali estava uma cidade chamada Caferstan». Estas linhas dão a entender que o nosso aventureiro não entrou propriamente nesse território, «onde não permitem que entre mouro nenhum, sob pena de morte», habitado então por tribos pagãs ferozmente guerreiras, das quais são actualmente fiéis depositários os admiráveis *kafir kalash*, que povoam ainda três aldeias no vale de Chitral, na zona fronteiriça entre o Paquistão e o Afeganistão, e com quem partilhei muitos meses da minha vivência asiática, riquíssima e inesquecível experiência que não se insere no âmbito deste relato.

Bento de Góis afirma que no temido Caferstan «os mercadores gentios podem entrar na cidade, mas não nos templos» e menciona as vestes negras dos seus habitantes, a fertilidade da terra e a abundância de uvas. Ao provar o vinho da terra, «semelhante ao nosso», Góis deduz que toda aquela região seria habitada por cristãos.

Depois de uma demorada estada em Cabul, o jesuíta seguiu em direcção ao norte, e aí aumentaram as dificuldades. Bento refere um local onde os direitos eram cobrados pelo «rei de Bucarate» (Bucara) e fala-nos da dificuldade em passar por Teshkan (Tashkent), à época administrada simultaneamente pelos emirados afegãos de Bucara e de Samarcanda. Para além dos problemas com as esferas do poder, havia que contar ainda com os entraves geográficos – «porque é apertadíssimo o caminho, e não há passagem para mais que uma só pessoa, num altíssimo

precipício sobre um rio» – e os assaltos dos ladrões, sem esquecer os imprevistos meteorológicos, «a força dos aguaceiros», que os chegaram a deter durante «quinze dias em campo aberto».

Em Serpanil (actual Sir-i-Pamir ou Grande Pamir), «dez dias adiante», em lugar ermo e sem mantimentos, «subiram a um alto monte chamado Sacrithma, ao cimo do qual não puderam subir senão os que tinham cavalos fortes e valentes». Vinte dias depois atingiram a província de Sarcol» (actual Sirikol) onde encontraram várias aldeias, tendo daí iniciado a subida para um dos passos de montanha mais temerosos, «em cuja subida, por causa da muita neve de que estava coberto, morreram muitos homens», e ao próprio Bento pouco faltou para acabar a vida, porque estiveram seis dias inteiros naquela neve.

Uma das curiosidades da jornada de Bento de Góis é a passagem por uma zona extremamente montanhosa chamada Calcia, que corresponde à actual região de Kachu, no norte do Afeganistão. Quando os viajantes chegaram a Talikhan, onde descansaram um mês, «foram atemorizados por um alvoroço civil, porque, por causa de uma rebelião dos povos de Calcia, se dizia que os caminhos não estavam seguros». É salientado, no relato de Ricci, que «a gente desta terra tem o cabelo e barba ruivos, como os alemães e habitam em várias aldeias». A caravana, que pretendia viajar de noite por sua conta e risco, recusando a protecção dos muros de Tashkent, acabaria por ser impedida de seguir viagem pelo governador daquela cidade que receava que os rebeldes, que não tinham cavalos, «se tomassem os daquela cáfila, com eles assolariam mais cruelmente a terra e causariam mais dano ao povo».

É difícil perceber a que povo exactamente se refere o texto, mas optei por destacar estas passagens porque ainda hoje, numa aldeia do Xinjiang chinês, muito perto do Cazaquistão, existe uma comunidade de origem caucasiana com características físicas similares aos povos da Europa Central. Há quem diga que

descende dos soldados de Alexandre, o *Grande*, que por aqui ficaram após as conquistas do general macedônio, controversa teoria que, de resto, se aplica a várias outras comunidades do Hindu Kush. Pensando bem, traços fisionômicos desses não são de espantar nesta latitude, já que existem povos de origem ariana do Cáucaso às cordilheiras do norte da Índia, que separaram o subcontinente do planalto tibetano e estão na origem do bramanismo hindu.

A lendária cidade de Kashgar

Ao contactar com aquela terra árida habitada por gente de aparência agreste mas dócil no trato, vieram-me à mente estranhas recordações fundamentadas no mundo literário da minha adolescência, onde se fundiam os universos de Charles Dickens, Bertolt Brecht e, sobretudo, Panait Istrati, um romeno que me tinha duplamente fascinado: por aquilo que escrevera e pelo modo como vivera. Ou seria porque, afinal, se limitara a escrever o que muito simplesmente tinha vivido? A verdade é que Panait Istrati não passava de um andarilho que, um dia, doente, à beira do desespero, se lembrou de contar as suas histórias ao humanista e escritor Romain Roland. A partir daí elas apareceriam nos jornais e divulgar-se-iam; os livros viriam a seguir.

A ambiência que me fora sugerida pela obra de Istrati surgiu logo no decorrer da viagem de dois dias que tive de fazer através do planalto até ao imenso deserto. Na estrada, a quase ausência de veículos motorizados (à excepção de alguns camiões de fabrico chinês e um ou outro jipe militar) era compensada pelas inúmeras carroças puxadas por jumentos e conduzidas por velhos de longas barbas brancas, ou então por mulheres de ar espevitado com lenços floridos na cabeça e saias rodadas.

Pastores montados a cavalo orientavam as manadas de iaques e de cabras enquanto grupos de crianças, livres como a poeira ao vento, celebravam a vida abrindo para nós sorrisos de ouro e acenando-nos com as mãozitas sujas. Preso num fascínio permanente, tinha a impressão de fazer parte do elenco de uma lendária longa-metragem projectada numa tela gigantesca. Era como se tivesse ficado para sempre cativo, incapaz de sair do enredo de um dos mais belos contos de Panait Istrati.

Toda essa pantanosa região pejada de inúmeros riachos tinha como nervo vital (e presumo que tenha ainda) a povoação de Tashkurgan, que significa «fortaleza de pedra» na língua local. Eis o imenso lar das marmotas, do raro leopardo das neves e dos tadjiques e quirguizes, antigos adoradores de águias convertidos à pastorícia, sem abdicarem, contudo, da sua vida seminómada e da sua mais que óbvia diferença étnica e cultural.

Os tadjiques têm aspecto caucasiano e estão filialmente ligados aos seus parentes da Ásia Central e aos *wakhis*, etnia que habita o norte do Paquistão e o oeste do Afeganistão. Os quirguizes, por seu lado, são descendentes de tribos nómadas de origem turcomongol que se estabeleceram na região há muitos anos.

Era frequente deparar com famílias inteiras deslocando-se em caravanas, acompanhadas pelos seus raros haveres: tendas, burros, cabras, cavalos e camelos vagarosos. Os habitantes desta região sempre tiveram, por razões de afinidade étnica e cultural, um relacionamento muito mais estreito com as repúblicas adjacentes da antiga União Soviética, e mesmo com o norte do Paquistão, do que com o resto da China. Por isso mesmo, ao longo dos séculos, a China imperial manteve um controlo cuidado sobre estas fronteiras e policiou fortemente toda a Rota da Seda, numa relação de permanente conflito com as tribos nómadas indígenas.

Kashgar, cidade em fervilhante actividade há mais de 2.000 anos, voltara a abrir as portas para o mundo há menos

de uma década. À semelhança das congéneres Samarcanda e Bucara, imortalizou o seu nome forjando-o à Rota da Seda que, durante séculos, ligou comercialmente a China, a Índia e o Mediterrâneo. Toda a Kashgaria – o nome histórico da região situada a oeste da bacia de Tarim – fora também um importante ponto de passagem para sucessivos exércitos invasores. Depressão com o impressionante comprimento de 1.500 quilómetros, o Tarim abrange a maior parte do extremo oeste da China, e consiste quase inteiramente num deserto hostil, pontilhado com oásis, conhecido como Taklamakan, «o deserto do não retorno».

Kashgar situa-se a 1.300 metros acima do nível do mar, precisamente num desses oásis habitado por uigures, a etnia predominante e a mais numerosa das 12 minorias que povoam o Xinjiang (recorde-se que na China existem 55 minorias), e que descende das tribos turcas que vivem nestas paragens desde o século XI. Ultrapassada a sua fase guerreira, transformaram-se, na sua maior parte, em agricultores e comerciantes, coabitando pacificamente com os uzebeques, seus primos directos, e com os cazaques, nómadas de origem mongol conhecidos como cavaleiros de grande craveira. Vivem aí outras minorias, como os tártaros, os daurs, os mongóis e o que resta da tropa de Russos Brancos fugidos à revolução bolchevique de 1917.

Os chineses han constituíam ainda uma minoria, mas não por muito tempo, pois Pequim tencionava triplicar a população da remota província com a ajuda de um contingente de colonos vindos das regiões mais populosas da China. Com uma caixa-dada matava dois coelhos: atenuava os problemas de superpopulação a leste, e colonizava a oeste.

Embora o mandarim seja considerado, desde há muito, o idioma oficial da China, cada etnia tem os seus dialectos e idiomas próprios, assegurados por lei. No Xinjiang, para todos os efeitos, o uigur, também chamado turki, é a língua franca e

escreve-se de novo no seu formato habitual, que é o alfabeto árabe, depois de durante muitos anos ter sido utilizado o alfabeto latino. Essa medida imposta durante a Revolução Cultural (medida bastante impopular, note-se) visava, veja-se lá, reduzir o analfabetismo.

À excepção dos chineses e dos raros russos, todas as outras etnias professam o islamismo suni, embora sem a devoção e o fanatismo presentes no vizinho Paquistão.

Entrei em Kashgar ao anoitecer e desde logo senti que iria ficar por ali algum tempo. De facto, não só aí permaneci todo esse seco e frio Inverno, como voltaria a visitar de novo a cidade e a região em diversas ocasiões. No decorrer de uma década e meia, fui testemunha das imensas transformações entretanto acontecidas. Infelizmente, transformações para pior. O que mais me chocou foi a demolição sistemática dos edifícios públicos de traça neoclássica, construídos na década de 1950 pelos soviéticos, e que as autoridades chinesas decidiram classificar de «obsoletos», substituindo-os por horrorosos prédios de péssima qualidade que mais parecem casas de banho viradas ao contrário. Em nome dessa «higiene» urbana (um conceito altamente discutível) foi também demolido o bazar milenar da cidade, património único, testemunho vivo do comércio na Rota da Seda, e outras relíquias da arquitectura local, como seja os hotéis Seman e Qinibagh, onde funcionavam os antigos consulados britânico e russo. Foi precisamente no famigerado Qinibagh que fiquei alojado.

Fazia parte da última «carrada» de visitantes daquela temporada. Comigo tinham viajado alguns negociantes paquistaneses que, depois de uma breve estadia em Kashgar, seguiriam para Urumqi (capital do Xinjiang), Xian, Cantão e, finalmente, Hong Kong, com o inevitável saltinho a Macau (um ou dois dias), para tentar a sorte nas mesas dos casinos locais. Essa era uma rota que se tinha vindo a popularizar ao longo dos últimos anos.

Na altura eram ainda poucos os ocidentais que se aventuravam por estas paragens. Fiquei acomodado num dormitório onde já se encontravam 12 viajantes japoneses. Muitos deles visitavam o Xinjiang porque um famoso documentário televisivo ilustrado por uma banda sonora composta por Kitaro, músico nipónico New Age, tinha popularizado aquela remota região, mas também haveria, porventura, quem o fizesse em busca do seu passado budista. Um passado inscrito nas ruínas das outrora prósperas cidades perdidas no deserto, nas caves budistas de Donhuang e nalguns hábitos bastante arreigados no povo uigur, como, por exemplo, rapar o cabelo como fazem os monges.

A imagem dos barbeiros na berma da rua ou nos mercados, de navalha em riste e bacia de alumínio com água quente ao alcance da mão, debruçados sobre as cabeças de velhos e crianças era comum no dia-a-dia da cidade. Um outro hábito budista preservado até hoje é o modo como os velhos uigures se sentam nas carpetes das casas de chá. É um sentar ajoelhado, tal como os japoneses o fazem sobre o *tatami*.

Com esse interessante e excêntrico grupo (alguns deles queriam atravessar parte do deserto numa carroça puxada por jumentos!) depressa criei laços de amizade, e por ali fiquei, em família, celebrando uma reedição da centenária amizade luso-nipónica numa terra com um nome sugestivo. Kashgar pressupõe imobilidade, final de jornada. No caso, um longo interregno.

O Natal desse ano teve ceia japonesa seguida de uns biscoitos de fabrico local e um muito adocicado Turfan Port Wine (versão local do nosso vinho do Porto), que serviu na perfeição de sobremesa. Qinibagh era o nosso lar e Kashgar a cidade que nos tinha enfeitado.

Na proximidade de Turfan, situada num vale 160 metros abaixo do nível do mar conhecido como «Vale da Uvas»,

produzem-se as melhores uvas da China. Bento de Góis permaneceu na região um mês. Como ele próprio indica, Turfan era então uma cidade fortificada.

«Em meados de Outono, com as primeiras geadas, são arrancadas as primeiras videiras», dizia-me a respeito dessa cidade Tahir Shariff, jovem uigur de olhos de um azul-acinzentado, o primeiro amigo que fiz no Xinjiang. Tahir tinha aberto um restaurante que fez furor entre os visitantes de mochila às costas, mas não por muito tempo. As autoridades locais, receosas de perderem o controlo do negócio com os estrangeiros, consideraram-no um sério concorrente e arranjaram forma de lhe fechar o estabelecimento. Cansado dessas e de outras histórias, Tahir decidiu abalar, e tudo fez para o conseguir. A última vez que visitei Kashgar encontrei-o acompanhado da sua recente esposa francesa, a caminho de Pequim, para tratar da papelada que lhe permitisse concretizar o maior sonho da sua vida: sair da China. Como ele, saíam anualmente do país muitos uigures, sobretudo para a Turquia, um país cultural e etnicamente mais próximo. Lembrei-me então das restantes palavras de Tahir, ainda a respeito das uvas de Turfan, que agora me pareciam uma metáfora: «Arrancam-se apenas as primeiras videiras. O tronco mãe fica sempre no solo, devendo ser cuidadosamente coberto com terra, até à próxima Primavera.»

Os primeiros passos na labiríntica Kashgar constituíram a entrada às cegas num mundo irreal com personalidade muito própria. Era como se o tempo deixasse de ter sentido, simplesmente não existisse. Sentia-me num vácuo, no interior de uma bola de cristal de um mago que teimosamente se recusava a quebrar o feitiço. E, na realidade, em muitos aspectos, Kashgar nada tinha mudado desde a época medieval.

O transporte citadino baseava-se essencialmente em carroças puxadas por cavalos – os táxis locais – devidamente numeradas. A cobri-las, um toldo multicolorido sob o qual os